

ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, saudamos todas as pessoas que estão nas galerias desta Casa, acompanhando os trabalhos legislativos, os servidores do estado.

Queria saudar o secretário-adjunto, dr. Murillo Capella, meu querido e estimado professor, bem como o meu ex-professor, já aposentado, dr. Mário Costa, que acompanham os nossos trabalhos.

Encontra-se, nesta Casa, também o prefeito de Brusque, dr. Roberto Pedro Prudêncio Neto, que já administra aquela prefeitura há mais de dois meses.

Sr. presidente, todos nós, no fim da semana passada, fomos novamente surpreendidos por mais um arrocho do governo federal.

(Passa a ler.)

"A lâmina do arrocho fiscal cortou fundo no Orçamento da União. Nem isso, porém, deverá ser capaz de dar jeito no desarranjo econômico que o primeiro governo de Dilma Rousseff legou ao atual. As maiores vítimas da tesoura foram os investimentos públicos e os ministérios que lidam com a área social. O ajuste revela-se, cada vez mais, de péssima qualidade, em prejuízo da população, principalmente a população trabalhadora, a população carente.

Os R\$ 70 bilhões de cortes anunciados na sexta-feira minarão os investimentos do PAC, as obras do Minha Casa Minha Vida, as verbas da saúde e da educação. É o maior corte já feito no orçamento da União. Na hora em que a população mais se vê em aperto, mais lhe falta o auxílio do estado.

O PAC, que vinha se revelando uma miragem, engatou marcha à ré, perdendo quase 40% da verba deste ano. A educação ficou sem R\$ 9,4 bilhões, confirmando que a 'pátria educadora', lema do atual governo, não passa de slogan publicitário totalmente vazio de conteúdo.

O Minha Casa Minha Vida viu R\$ 70 bilhões desmoronarem. No Turismo, na Pesca, na Agricultura as verbas caíram mais de 70%, quase como se fossem fechar.

Mas o balé do arrocho não ceifou apenas recursos que farão muita diferença na vida de quem mais precisa, até o ministro da Fazenda Joaquim Levy também foi ficando pelo caminho, alvejado pela parca convicção do próprio partido que o indicou em torno da responsabilidade fiscal e da governabilidade. A presidente e seu partido tentam se dissociar do arrocho que promovem, deixando o ministro como sendo o exclusivo pai dessas maldades.

As premissas dos cortes não param em pé e levam Joaquim Levy a se ausentar de uma entrevista

em que se fazia o anúncio das medidas, alegando estar gripado.”

Certamente não tem Coristina que dê jeito na gripe do ministro. E o ministro virou saco de pancadas preferido dos próprios petistas. Ele é o culpado do arrocho.

(Continua lendo.)

“Para fechar as contas que Nelson Barbosa, ministro do Planejamento, apresentou ao país, também na tarde sexta-feira, o expediente parece ser um só: aumento de impostos. Até agora, as medidas tomadas pelo atual governo já elevaram a carga tributária em R\$ 25 bilhões neste ano.”

O Brasil, seguramente, é um dos países do mundo com maior carga tributária, e vem, nos últimos anos, gradativamente crescendo de pouco em pouco, mas a população vai sentir muito esse corte, esse arrocho, sem dúvida alguma. As pessoas que pagam imposto vão perceber dificuldades. A recessão na produção e o aumento da carga, sem dúvida nenhuma, virão em prejuízo do desempenho da nossa economia e naturalmente repercutirão no dia a dia das pessoas, na qualidade de vida e principalmente quando buscam alguns serviços essenciais, como saúde, segurança e educação.

(Continua lendo.)

“O governo do PT, agora, até admite oficialmente que o PIB vai cair mais de 1,2% neste ano, na maior recessão dos últimos 25 anos. Os sinais dessa queda se fazem notar, como na queda de 2,7% nas receitas com tributos, acumulada em todo o ano até agora, e na eliminação de quase 100 mil empregos apenas num único mês.

Mesmo num cenário desastroso como esse, os prestigiadores do Orçamento Federal contam com a alta de 5% na arrecadação até dezembro.”

A economia está caindo, os serviços estão em menor quantidade e qualidade, justamente pela falta de recursos, mas o governo vai aumentar a arrecadação em mais de 5%.

(Continua lendo.)

“É tanta ficção que nem Joaquim Levy parece acreditar no plano anunciado. Não adianta esconder

a carteira, o governo vai avançar com força sobre ela, o arrocho está apenas começando.”

Dessa forma, o estado de Santa Catarina, mesmo sendo um estado equilibrado, sem dúvida alguma, também vai sentir muito com a diminuição dos investimentos em obras de infraestrutura e nas áreas sociais, na saúde, na educação, na segurança. Enfim, vamos continuar sendo os grandes pagadores da receita federal, 70% dos nossos impostos caem no governo federal, e depois acabamos não tendo o retorno na prestação de serviços, justamente um dinheiro utilizado para tentar consertar aquilo que o próprio governo deixou desarranjado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Fernando Coruja, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Saúdo o presidente interino desta Casa, deputado Valmir Comin.

Saúdo os srs. deputados, as srs. deputadas, o pessoal do CAV aqui presente.

Na semana passada, apresentamos um requerimento de prioridade, no sentido de que tramite o mais rápido possível o projeto que aumenta a remuneração, o subsídio dos servidores.

A deputada Luciane Carminatti estava dizendo que alguém falou que o requerimento de prioridade vai atrapalhar o andamento. Evidentemente, o requerimento de prioridade só pode servir para haver um andamento mais rápido que o ritmo ordinário. Nós esperamos que tramite, no máximo, em duas sessões em cada comissão, e que possa rapidamente estar em plenário para que possamos aprovar.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Muito obrigada, deputado Fernando Coruja.

Quero cumprimentar todos os servidores da Udesc, que estão aqui numa luta justa, a luta por reajuste da reposição salarial das perdas de 2014.

Hoje, deputado Fernando Coruja, tratamos novamente desse tema na CCJ e eu achei muito estranho que prioridade não seja prioridade. Então, temos que mudar o dicionário brasileiro. Entendo, quando o Regimento trata da prioridade, que o projeto, se não tramitar nas comissões no tempo adequado, independente da posição das comissões, deve ser votado em plenário.

Foi esse o nosso entendimento quando assinamos em conjunto, o PMDB e o PT, o requerimento pedindo a prioridade, porque é justo que os servidores tenham o reajuste das perdas salariais de 2014.

(Palmas)

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Evidentemente, esta matéria vai tramitar no menor tempo possível que o Regimento permitir, mesmo que alguém esteja segurando-a.

Quero falar, hoje, sobre a entrega que vamos fazer amanhã à Presidência da Casa, na figura do deputado Aldo Schneider, às 15h. Vamos entregar a proposta para a aprovação de um projeto de resolução, nesta Casa. A partir da aprovação deste projeto, passaremos às outras Assembleias do país, e queremos ter a aprovação em pelo menos 14 delas. Assim sendo, deveremos entregar no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional para alterar cinco pontos da Constituição Federal. É o que nós desejamos.

Ora, a Constituição Federal prevê a possibilidade de que, não só o presidente da República, não só um terço dos deputados e senadores, mas, também, mais da metade das Assembleias Legislativas do país, pela maioria relativa dos seus membros, possa apresentar uma proposta de emenda constitucional.

Nós relacionamos e aprovamos na semana passada cinco pontos para levar ao Congresso Nacional. O primeiro ponto é a proposta de aumentar a competência legislativa das Assembleias. Hoje, a capacidade legislativa das Assembleias é muito pequena, porque a Constituição Federal prevê, no

seu art. 22, que a competência privativa da União é muito extensa. Nós queremos tirar algumas questões que são hoje de competência exclusiva da União e colocá-las na Constituição como de competência concorrente. Por exemplo, propaganda comercial, legislar sobre direito de trânsito, legislar sobre águas e outros assuntos poderão, a partir da aprovação dessa proposta, ser legislados pelas Assembleias.

A segunda proposta diz respeito a uma redistribuição dos recursos brasileiros. Hoje a federação brasileira é uma federação muito frágil. A maioria dos recursos é arrecadada pela União, que não compartilha com estados e municípios esses recursos. Existe uma proposta que vamos encaminhar ao Congresso Nacional, a partir dessa tramitação, para que o Fundo de Participação dos Municípios e Fundo de Participação dos Estados, que gira ao redor de 21%, 22%, possam num período de 10 anos chegar a 33%, um terço para cada. O deputado Natalino Lázare é o sub-relator dessa proposta na comissão.

Também queremos ampliar a base dos tributos que compõem o Fundo de Participação dos Municípios e Fundo de Participação dos Estados, que hoje é apenas o imposto de renda e IPI. Queremos colocar também a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que é uma espécie de imposto de renda disfarçado, um imposto sobre grandes fortunas que foram criadas, entre os exemplos.

Estamos trazendo mais três propostas, ainda. Uma delas é possibilitar que o povo possa apresentar emenda constitucional, pois hoje a população só pode apresentar projeto de lei ordinário e complementar, através de um número mínimo de assinaturas. Queremos que o povo possa apresentar emenda constitucional.

Também, queremos apresentar uma proposta de federalização do ensino fundamental e médio, num prazo de 20 anos. A ideia, muito defendida pelo senador Cristovam Buarque, é de que, em 20 anos, o ensino fundamental e médio torne-se uma carreira única no país. Assim, teremos um projeto educacional mais claro para o país.

Finalmente, como quinta proposta, queremos levar novamente para o Congresso Nacional a proposta da aplicação de 10% da renda bruta da União para a Saúde. Isso seria feito de forma gradativa, de forma a ampliar percentualmente meio por cento ao ano até chegar a 10%.

Então, essa proposta está pronta. Foi debatida e aprovada na quarta-feira passada, num fórum parlamentar, aqui, em Santa Catarina. Qual é a tramitação?

Amanhã, às 3h, esse fórum entregará à Presidência da Casa a cópia da proposta, cujo relator é o deputado Leonel Pavan. São cinco relatores setoriais - já citei o nome de três, o outro é o deputado Dr. Vicente Caropreso - e os demais membros discutem a competência legislativa. Temos o compromisso de elaborar um projeto de resolução, e a Mesa tem que aprová-lo. Será enviado à comissão de Constituição e Justiça nesta semana ainda. Já tivemos uma conversa com o presidente da comissão, deputado Mauro de Nadal, para tirarmos o mais rápido de lá, e aí trazer ao plenário.

Se conseguirmos aprovar o projeto no plenário ainda no mês de junho, poderemos no início de agosto, no mais tardar, caminhar pelo país, para então aprovar nas 14 Assembleias do país e aí levar ao Congresso Nacional. É uma proposta ousada, de difícil realização. Não é fácil. Tal proposta não foi praticada ainda no Brasil. Trata-se de uma proposta de alteração do pacto federativo a partir das Assembleias.

Então, queremos convidar todos os deputados para um encontro, amanhã, às 15h, na sala da Presidência, onde o deputado Aldo Schneider receberá essa proposta para que possa caminhar no Brasil e depois ser levada ao Congresso Nacional.

Para finalizar, quero também cumprimentar todos os servidores da Udesc e dizer que esta Casa, na ampla maioria dos deputados, quer aprovar essa proposta de reajuste da remuneração dos servidores o mais rápido possível. Todo o contexto regimental que permite essa rapidez vai ser

utilizado aqui. Vamos estar atentos para que ocorra dessa forma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidores da Udesc, telespectadores da TVAL.

Gostaria hoje de fazer um breve relato que me foi confiado na comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa, a qual eu tenho a honra de presidir, e fazem parte os deputados José Milton Scheffer, Cesar Valduga, Dirceu Dresch, Gabriel Ribeiro, Manoel Mota e Mauro de Nadal.

O agronegócio de Santa Catarina é responsável por 20% do PIB do estado. Produzimos em Santa Catarina oito milhões de suínos no plantel permanente. Somos o maior estado produtor de suínos do Brasil e o segundo maior produtor de aves. E 89% dessa produção são oriundas de propriedades com menos de 50ha. Isso significa dizer que é uma produção oriunda de pequenas propriedades.

Temos falado muito sobre projetos de energia renovável, sobre novas alternativas energéticas, PCHs, energia eólica e tal. E, na semana passada, visitamos um projeto piloto no estado do Paraná nessa área. Tivemos a felicidade de conhecer a maior escola, hoje, no Brasil, que pesquisa o biogás. Tivemos a felicidade de conversar com o maior especialista de biogás no Brasil, o diretor da Itaipu Binacional, Cícero Bley Júnior.

Obtivemos dele informações importantíssimas a cerca desse projeto que trata da transformação de dejetos de animais, especialmente suínos, em gás e em energia elétrica.

Visitamos um plano piloto, sr. presidente, em Marechal Cândido Rondon, onde 33 agricultores formaram uma cooperativa e produzem gás e energia elétrica através de um sistema aparentemente simples. Cada propriedade tem o seu biodigestor, que processa toda essa massa oriunda de dejetos de

animais. Esse, por meio de um sistema de canalização, é conduzido para uma pequena central hidrelétrica de onde sai o gás natural, que é consumido na própria propriedade, produzindo energia elétrica.

Isso mostra que um problema ambiental de impacto ambiental fortíssimo, de consequências ambientais igualmente fortíssimas pode reverter-se em uma alternativa econômica de desenvolvimento sustentável para a agricultura catarinense.

Assim, solicito à assessoria que exiba um vídeo para que os srs. deputados e as sras. deputadas possam ter uma ideia do que isso significa.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Srs. deputados e sras. deputadas, essa é uma síntese do projeto. Com todo respeito que tenho a qualquer iniciativa que trata de alternativas energéticas renováveis, acho que nenhuma delas tem um impacto ambiental tão marcante e forte como essa.

Quem conhece a região oeste, deputado Neodi Saretta, deputada Luciane Carminatti, deputado Cesar Valduga, sabe que há um desequilíbrio entre o homem e a produção animal.

No município Iomerê, que tem três mil habitantes, existem 160 mil suínos. Não há mais condições de conviver nessa condição. Temos que encontrar lá alternativas para minimizar o impacto ambiental. E essa alternativa, de quebra, vai dar lucro, resultado. Assim, transformamos um problema em solução, com agregação de valor. Quem conhece um chiqueiro, sabe da situação. Nesse caso, não haverá mosca, mau cheiro e ainda se produz o biofertilizante, que é jogado na natureza, ajudando a produção agrícola também.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Deputado, parabéns pela iniciativa, por conhecer essa experiência e trazer esse modelo para o estado de Santa Catarina. Vejo que é oportuno esse projeto, até porque, da forma como v.exa. apresentou, a

alternativa pode ser trabalhada de uma forma cooperada até pela questão da agregação de valor.

Mas acho significativo, principalmente, a questão ambiental. Esses dejetos, os coliformes fecais, que até pouco tempo eram despejados nos rios, porque os chiqueiros eram construídos na beira dos rios, ocasionavam, sem dúvida alguma, impacto ambiental. E o oeste de Santa Catarina - os municípios de Concórdia, Chapecó e outros - tem sofrido muito com o impacto no lençol freático em função dos dejetos suínos.

Então, vejo que essa parceria pode ser construída. É claro que se precisa do aval e do apoio do governo do estado, da Epagri, dos órgãos governamentais, através de uma linha de financiamento que venha permitir isso. Existem muitas iniciativas hoje que vivem essa dificuldade. Mas, soluções como essas devem ser aplicadas para melhorar a produção e agregar valor à produção catarinense.

Parabéns pelo gesto! Parabéns pela iniciativa!

Cumprimento também os colaboradores da Udesc pela luta. Contem conosco!

(Palmas)

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Deputado, não precisa agradecer, porque essa é uma ideia da comissão de Agricultura, da qual v.exa. faz parte. Não é um projeto do deputado Natalino Lázare, mas, sim, da comissão de Agricultura. E gostaria que a Assembleia Legislativa fosse a favor de um meio ambiente melhor para os catarinenses viverem.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Quero dizer, deputado, que desde 2008, com o Projeto Semear, discute-se nesta Casa, as questões de energias renováveis. Na próxima quarta-feira, às 15h, estaremos lançando uma frente parlamentar para o desenvolvimento de energias renováveis, no sentido de buscar a sustentabilidade de forma fantástica, como esta apresentada por v.exa. nesta tarde. E queremos-nos juntar a projetos como esse

para fazer de Santa Catarina uma referência para o Brasil.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Antes de encerrar, gostaria de registrar a presença do ex-deputado, grande parlamentar desta Casa, o sr. Idelvino Furlanetto, que nos visita com o seu tradicional boné.

Seja bem-vindo, deputado!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença de dois diretores do jornal Diário do Iguaçu, os srs. Lenoires da Silva e Ronaldo Roratto. Trata-se de um jornal extremamente importante para a região oeste de Santa Catarina.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Está registrada a presença dos nobres jornalistas.

Sintam-se a vontade em nossa Casa!

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (Passa a ler) -

"Sr. presidente, colegas parlamentares, público que acompanha esta sessão plenária.

Com satisfação registro a condução dos trabalhos sob a presidência do deputado Aldo Schneider, na interinidade do comando desta Casa.

Quero registrar o momento importante que vivemos nesta semana, com o País ainda sob o reflexo do anúncio do corte de verbas federais, determinado pelo contingenciamento de gastos públicos, de valores muito próximos dos R\$ 70 bilhões. Trata-se da maior redução de gastos públicos anunciada nos últimos 13 anos.

Vejam, sras. deputadas e srs. deputados, que o governo promete cortar R\$ 17 bilhões da verba do Ministério das Cidades, quase R\$ 12 bilhões da

Saúde, mais de nove bilhões da Educação, quase R\$ 6 bilhões dos Transportes.

E a lista da tesourada se estende para as pastas da Defesa, Integração Nacional, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Agrário, Aviação Civil, Justiça, Agricultura, Desenvolvimento Social, Turismo, Fazenda, Esportes, Pesca, Cultura, Indústria e Comércio, seguindo a ordem decrescente dos montantes reduzidos no orçamento dos ministérios do governo federal.

A situação é preocupante, pois certamente teremos reflexos com relação às verbas federais para Santa Catarina e em investimentos previstos neste estado, afora a conjuntura nacional.

Um contingenciamento é o reconhecimento do momento delicado que o país enfrenta nas contas públicas, representa um enorme esforço para adequar à relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). É uma tentativa de combate severo à inflação, e, apesar dos esforços que esse contingenciamento representa para toda a população, temos que esperar que o passo inicial seja acertado. Mas, certamente, representa uma confissão de culpa do governo federal, o reconhecimento de que as coisas não vão bem e preocupam. E a preocupação fica ainda mais evidente com o entendimento de muitos economistas de que o corte ainda é insuficiente para um ajuste adequado.

Um momento importante, nós também vivemos no dia de hoje, com grande expectativa para as votações da Câmara dos Deputados sobre a reforma política. No Congresso Nacional, a pauta de votações ganhou outra dinâmica desde que a Presidência da Câmara passou ao comando do deputado Eduardo Cunha, que prometeu, e está cumprindo, dar um novo ritmo de trabalho no Legislativo Federal.

Hoje, o Plenário da Câmara vai votar, ponto por ponto, a reforma política, desde a questão da possibilidade de coincidência de mandatos de vereador até de presidente da república, a questão da reeleição, das coligações, do financiamento público ou privado das campanhas. Esses são temas

de especial interesse para nós, deputados, e que dizem respeito ao sistema eleitoral.

Distritão, voto distrital misto ou a manutenção do sistema atual, com a escolha dos eleitos a partir do coeficiente eleitoral, são alguns dos temas que estarão na pauta de deliberações.

É claro que o assunto já foi debatido em reunião de líderes das bancadas, mas cada votação é uma deliberação de Plenário e pode resultar em surpresas, de modo que todos nós, que fazemos parte do mundo político, e a sociedade como um todo, vamos estar focados na Câmara dos Deputados e em suas decisões. A partir dessas deliberações, serão encaminhados os rumos para as próximas eleições e para a representação política da sociedade brasileira.

Aproveito para também abordar nesta tribuna um tema local, catarinense, que considero muito importante. A partir de amanhã a cidade de Joinville recebe mais uma edição da Expogestão, um grande congresso com palestras, feira de serviços e produtos, um ambiente próprio para a troca de ideias e o enriquecimento das pessoas que lá estarão.

Joinville é a maior cidade catarinense, um grande polo industrial comandado pelo prefeito Udo Döhler. Ele mesmo é um industrial. A Expogestão reúne lideranças de vários segmentos, especialmente da área empresarial, também do mundo político e das mais diversas áreas da sociedade."

Acontecerão grandes debates sobre a questão energética, o que representa para o crescimento da economia, sobre energia limpa e renovável, tema que aqui tão bem abordou o deputado Natalino Lázare no seu pronunciamento.

Trata-se de um grande evento, motivo pelo qual alguns parlamentares, entre os quais me incluo, estarão presentes, inclusive para acompanhar as tendências debatidas por lideranças empresarias e outros segmentos da sociedade.

Para finalizar faço menção ao planalto norte que quinta-feira recebeu o governador do estado, quando tivemos a inauguração do acesso à BR-280 de

Santa Cruz do Timbó. Estiveram presentes o presidente do PMDB, deputado Valdir Cobalchini, o secretário de estado da Infraestrutura João Carlos Ecker e outras autoridades importantes.

Quero dizer que foi um grande evento, pois essa obra é uma reivindicação antiga, prometida pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira, que escreveu num guardanapo sua proposta de asfaltar de Santa Cruz do Timbó à BR-280. Isso aconteceu há dez anos. Com certeza, promessa feita, promessa cumprida e terminada pelo governador Raimundo Colombo.

Então, é importante salientarmos que o planalto norte vive momentos especiais, como o da entrega de um caminhão pela Casan, no município de Canoinhas ao prefeito municipal. O presidente da Casan Valter Galina esteve com seu representante entregando esse importante caminhão para a Casan de Canoinhas para ajudar a atender uma das necessidades básicas do município, o saneamento básico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dois minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero fazer menção à greve do Magistério de Santa Catarina. Hoje, tratamos deste assunto. Na verdade, provocamos esse debate na comissão de Educação da Alesc. E gostaria de tornar público o conteúdo desse debate para que todos acompanhem. Foi discutido exatamente qual a nossa função enquanto parlamentares, porque não somos do Executivo. Quem tem a caneta é o governador e não podemos também interferir na liberdade do sindicato no sentido de continuar a greve, de negociar com o Executivo.

Então, minha preocupação como vice-presidente da comissão de Educação é exatamente exercer a função que cabe a este Parlamento. E foi deliberado na reunião da comissão de Educação que

nós, deputados, estaríamos novamente procurando o governo no sentido de reabrir o canal de negociação, ouvindo a pauta do Magistério. Estamos oficiando ao sindicato e ao governo sobre as pautas oficiais enviadas e exigindo neste momento que se reabra o processo de negociação.

Acho que esse é o papel do Parlamento, ou seja, provocar o diálogo para que possamos avançar e garantir uma carreira decente para os profissionais da educação.

Quero agradecer ao deputado Antônio Aguiar pela sua sensibilidade, pois temos uma audiência agora em seguida no Tribunal de Justiça e gostaria de socializar com a direção do Sinte que se encontra, neste momento, na Assembleia Legislativa, conversando com as lideranças dos partidos, que provocamos o debate na comissão de Educação. E, tanto esta deputada quanto o deputado Valdir Cobalchini, que é presidente da comissão de Educação, assumimos a tarefa de novamente dialogar com o governo para reabrir o canal de negociação.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são reservados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, faço também uma saudação muito carinhosa e especial aos servidores da Udesc, que nos entregaram aqui um abaixo-assinado, pedindo a agilização do PLC n. 012, que se encontra nesta Casa. Em nome do Partido dos Trabalhadores, gostaria de dizer que somos solidários a este projeto e podem ter certeza de que os votos dos deputados da bancada são favoráveis.

Esperamos que o deputado Marcos Vieira, de uma vez por todas, possa liberar esse projeto para que possamos apreciá-lo neste plenário.

Quero também, sr. presidente, fazer aqui um relato de uma viagem oficial que esta deputada

realizou à Alemanha, juntamente com os deputados Aldo Schneider e Kennedy Nunes, em que estivemos representando o Parlamento catarinense e brasileiro no 1º Seminário Internacional de Administração Tributária Brasil - Alemanha.

O evento foi realizado pela Fenafisco - Federação Nacional do Fisco -, em parceria com o curso de Direito da Universidade Humboldt, de Berlim, uma universidade maravilhosa. E 29 personalidades da mesma receberam Prêmios Nobel. Uma universidade criada em 1810, de grande referência naquele país.

Aliás, também ficamos muito felizes e honrados com o destaque feito ao dr. Haroldo Pabst, da cidade de Blumenau, que mantém um intercâmbio com essa universidade e muito tem falado do estado de Santa Catarina, da cidade de Blumenau e do Brasil na Alemanha.

Fico extremamente satisfeita, sr. deputado, em ter tido a oportunidade de participar desse momento. Fizeram parte desse evento auditores fiscais estaduais e também do Distrito Federal, compondo 14 estados a nossa federação.

Faço um destaque, aqui, ao presidente da Fenafisco, sr. Manoel Isidro, da Paraíba, que esteve presente e organizou a delegação, bem como ao Fabiano Dadam Nau, grande catarinense, presidente do Sindifisco catarinense, que é uma referência para os auditores fiscais do estado e também em nível nacional pelo bom trânsito que faz na defesa dessa causa tão importante.

Também se fizeram presente auditores fiscais da Alemanha e integrantes da Universidade Humboldt, de Berlim.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Concedo um aparte ao deputado Aldo Schneider, que esteve presente também nessa delegação.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Agradeço a generosidade de v.exa.

Realmente, gostaria de corroborar com as suas manifestações e dizer à toda sociedade catarinense o quão é importante nós fazermos comparativos,

principalmente com a atividade do fisco brasileiro e catarinense.

Evidentemente, dentre os comparativos que fizemos nessa caminhada pela Alemanha, um dos países mais sólidos em termos econômicos no mundo, vimos que em particular o fisco de Santa Catarina, esta na vanguarda, inclusive em nível mundial, em algumas atividades que desempenhamos aqui juntos a esses competentes técnicos que compõe a secretaria de estado da fazenda do estado de Santa Catarina.

Então, quero aqui fazer o registro de que foi uma viagem extremamente proveitosa no sentido de entendermos como funciona a tributação na Europa, em especial na Alemanha.

Quero render aqui os cumprimentos e um agradecimento ao presidente do Fenafisco, Fabiano Dadam Nau, o agente que organizou a delegação dos auditores de 14 estados brasileiros e também fazer uma referência ao deputado Kennedy Nunes, a deputada Ana Paula Lima, ao deputado Décio Lima, que fizeram parte dessa comitiva, mostrando o quanto é importante estar sintonizado o Poder Executivo, neste caso a secretaria de estado da Fazenda, e o Poder Legislativo.

Então, cumprimento v. exa. pela manifestação. Parabéns, Santa Catarina ganhou! O Brasil ganhou.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

Nos dias 11 e 12 de maio houve palestras no auditório da universidade em Berlim, sendo que no dia 12, terça-feira, pela manhã, as palestras abordavam aspectos relacionados à concessão de incentivos fiscais e econômicos para a geração de desenvolvimento na Alemanha e aspectos também relacionados ao combate aos crimes de sonegação fiscal, medidas inclusive que favorecem a economia.

E faço dois destaques com relação aos agricultores e aos suinocultores naquele país. A Alemanha avançou nos incentivos fiscais e nos benefícios fiscais, que é visto por um conselho, o Conselho Fiscal do Tributo Verde.

O objetivo principal, srs. parlamentares, é trazer ao Brasil uma análise minuciosa que enriqueça a discussão e traga também ao nosso país desenvolvimento e benefícios, principalmente no combate à sonegação fiscal, para avançarmos, como tem ocorrido nesses últimos anos, tornando inclusive o país cada vez mais justo.

Faço outro destaque aqui. Chamou-me a atenção, nessa missão à Alemanha, a formação de jovens para atuarem nessa área que é tão peculiar. E aqui faço uma referência a uma deputada alemã, também auditora fiscal, que esteve presente naquele evento e que no seu depoimento comparou os auditores fiscais com a máquina de um navio em movimento. É uma máquina que precisa de pessoas eficientes, trabalhadoras para tocar o navio. Se esta parar, certamente, o navio não se locomove. Os auditores fiscais, fazendo essa analogia, também são importantes para o estado brasileiro e para Santa Catarina, porque, por meio deles, nós compensamos os tributos para fazer as obras que tanto necessitamos.

Fizemos uma visita técnica ao ministério de Finanças de Berlim, ao ministério de Finanças de Munique, bem como uma visita ao Porto de Hamburgo, um excelente porto, que não é um dos maiores do mundo, mas é significativo, e ao Parlamento alemão.

Fiquei muito surpresa, srs. deputados, que no Parlamento alemão a representatividade feminina é significativa: 35% a 40% das cadeiras daquele Poder são compostas por mulheres, que fazem um grande debate.

Nesses dias que passamos na Alemanha, verificamos que o Brasil também, pelas palestras realizadas, está muito avançado em alguns quesitos na área da fiscalização, como na tecnologia com que atuamos os neste estado e neste país, mas que na Alemanha ainda não está nesse estado avançado.

Outra percepção que tive nessa viagem foi que o índice de desemprego é grandioso na Alemanha, um país de primeiro mundo, referência na Europa. O índice de desemprego em Berlim é de 13%, muito maior do que o do Brasil.

Então, de forma muito rápida, sr. presidente e srs. deputados, conseguimos aqui falar da nossa viagem à Alemanha. Fizemos este pequeno relato, que passaremos também, por escrito, à Presidência desta Casa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB.

Com a palavra o deputado João Amin, por até 12 minutos, sendo que o tempo será dividido com o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Gostaria de dar boa-tarde ao presidente desta sessão, deputado Leonel Pavan e, ao mesmo tempo, de agradecer por ter cedido o tempo do seu partido para que eu pudesse dividir com o deputado Valmir Comin.

Queria cumprimentar as sras. deputadas, os demais srs. deputados, os servidores da Udesc que se encontram aqui na Assembleia Legislativa em busca do justo reajuste salarial.

O projeto está na CCJ, e, como compromisso, já me coloco favorável ao mesmo, tanto na comissão de Constituição e Justiça como no plenário desta Assembleia Legislativa.

Deputado Leonel Pavan, neste momento, assomo à tribuna para manifestar uma grande contrariedade com relação ao anúncio da consulta que o presidente da Casan já formalizou à Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina, a Agesan, pedindo autorização para o reajuste de quase 14% na tarifa de água no estado de Santa Catarina.

Os servidores da Udesc, que estão pleiteando menos de 7% apenas do reajuste da inflação, já não vão conseguir compensar esse reajuste na conta da água. E a população de Santa Catarina, bem como a do Brasil, que já sofreu um impacto com o aumento da tarifa da luz e com diversos outros tributos que foram aumentados pelo governo federal, vão somar agora, caso seja autorizado pela agência

reguladora, esse reajuste de quase 14% na sua tarifa de água.

Não é o momento certo. O Brasil e também os catarinenses já sofreram um aumento nas contas considerável nos últimos tempos, e não podem arcar com mais esse aumento de tributo. Deputado Darci de Matos, não podemos concordar com isso, independentemente dos investimentos que a Casan venha fazendo.

Se buscarmos os dados do IBGE, Santa Catarina aparece na 16ª colocação entre os estados do país quando o assunto é rede de saneamento básico, com aproximadamente 35.2% dos domicílios atendidos. São dados do Atlas do Saneamento 2011.

Em Florianópolis, por exemplo, 28% das amostras coletadas estão fora dos parâmetros mínimos de qualidade exigidos pela Resolução n. 357, de 2005, do Conama, que regulamenta a matéria.

Essas informações ilustram muito bem algumas das deficiências dos serviços prestados pela Casan e apontam a necessidade de investimentos, sim, não só na infraestrutura, como no capital humano da Casan. Mas não acho que para tanto seja necessário transferir a todos os catarinenses essa conta.

É notório que a atual situação econômica do país é extremamente delicada, e os constantes aumentos que a população tem sido submetida estão além dos níveis aceitáveis.

No caso dos serviços do abastecimento de água e saneamento básico, faz-se necessário, sim, na minha concepção, investimentos com intuito de modernizar os serviços prestados, mas onerar a população para isso, deputado Leonel Pavan, não me parece o melhor caminho neste momento econômico.

Por isso, daqui a pouco, será apreciado pelo Plenário um pedido de informação que aponta três dúvidas essenciais. Quais são as razões que justificam o reajuste de 13.24%? Caso já tenha sido concluída a análise do pedido de reajuste feito pela Casan, qual foi o percentual autorizado? E também peço ainda que seja enviada a esta Assembleia Legislativa cópia do processo administrativo que analisou ou analisará esse

reajuste. Se isso for aprovado, o cidadão catarinense é que vai ter que pagar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Cumprimento o nobre deputado pelo pronunciamento, que vem em boa hora. O momento, realmente, não está propício para nenhum tipo de aumento.

Ainda, dentro do horário destinado ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB -, com a palavra, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, quero saudar todos os servidores da Udesc. A bancada Progressista reitera o integral compromisso e apoio com essa entidade. Esperamos que o mais breve possível esse projeto adentre a esta Casa, mesmo porque existe um entendimento por parte do governo e também dos servidores.

Tive a oportunidade de presenciar na semana próxima passada, no município de Criciúma a 8ª edição dos Jogos Abertos da Terceira Idade - JASTI. E a partir daí, a competição foi só elogios. O maior evento da terceira idade no estado de Santa Catarina deixou um rastro de positividade que merece muito ser destacado. O presidente da Fesporte, Marcelo Kowalski, afirmou que o evento em Criciúma foi o melhor de todas as edições. Foram acolhidos na cidade 2.500 idosos de 151 municípios dos 295 do estado de Santa Catarina. As disputas eram de canastra, dominó, truco, bolão, bocha, dança popular livre e dança de salão. Trata-se de uma maneira de reunir as pessoas com disputas sadias, de uma forma de oportunizar a cada um deles fazer novos amigos. Enfim, podemos dizer até que se trata de um jeito novo de prevenção à saúde.

Fora isso, o setor hoteleiro esteve lotado e até mesmo os moradores receberam alguns atletas em suas casas durante a competição. O comércio foi aquecido e o turismo divulgado, com os passeios feitos com as equipes nos pontos turísticos da cidade. Eles conheceram, por exemplo, a Mina de Visitação Octávio Fontana, uma mina de mineração

manual de carvão. Conheceram também o Parque das Nações Cincinato Napolini, onde participaram de um passeio de Maria Fumaça e visitaram inclusive o estádio Heriberto Hülse, do nosso glorioso Tigre.

Tiveram também a oportunidade de visitar a sonhada Barragem do Rio São Bento, construída em 2002, pelo então governo de Esperidião Amin, que teve a aquiescência e a participação efetiva, tanto deste Parlamento, quanto da bancada federal catarinense à época, através de uma emenda capitaneada pelo então deputado federal Carlito Merss e tendo como consignatários todos os demais deputados federais.

Uma pesquisa feita pelo Instituto ICOPE, mostra que além de Criciúma, outros sete municípios, Içara, Forquilha, Nova Veneza, Urussanga, Siderópolis, Balneário Rincão e Araranguá, também tiveram movimento no setor hoteleiro.

Entre os participantes, 62% já são aposentados, e 92% dos entrevistados disseram que voltariam à cidade para um passeio com a família. A organização teve 93% de aprovação dos atletas.

Quero parabenizar o presidente da Fundação Municipal de Esportes (FME), Renato Valvassori e toda a sua equipe, que não mediu esforço e dedicação para fazer o melhor evento de todos. Da mesma forma, a primeira dama Isabel Cristina Grijó Búrigo, a dona Bebel, que também apoiou o evento com toda a força e empenho do pessoal guerreiro da Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma, a Afasc.

Aliás, preciso enaltecer a participação do deputado Antônio Aguiar que também já desfruta da sua melhor idade, cuja iniciativa de propositura nesta Casa culminou com o ensejo da Fesporte hoje concretizar a 8ª edição no estado de Santa Catarina, congratulando pessoas de diferentes raças, religiões, e resgatando a autoestima de trabalhadores que muito labutaram e contribuíram para o desenvolvimento deste estado e que agora têm a oportunidade de usufruir desses momentos.

Tive o privilégio de acompanhar com o prefeito Márcio Búrigo e toda a sua equipe, e quero

parabenizá-los pela iniciativa, no convite para que o estado pudesse, através da Fesporte, promover a 8ª edição do Jasti no município de Criciúma. E o prefeito e a sua equipe deram todas as diretrizes, o acompanhamento, a assistência médica e turística, enfim todas as condições para que todos aqueles que por lá passassem tivessem a melhor estada possível em Criciúma.

Se analisarmos por um prisma de três décadas atrás, havia um número reduzido de integrantes da melhor idade, da terceira idade, um número significativo de adolescentes e uma grande massa de crianças, e na medida em que o tempo foi passando, a sociedade foi envelhecendo, e feliz daquele que consegue chegar numa idade mais avançada. No entanto, o poder público, os entes municipal, estadual e federal precisam trabalhar juntos na perspectiva de um planejamento de médio e longo prazo, visando o crescimento da população da terceira idade. No futuro já não teremos mais a incidência de grandes orçamentos para creches, mas os investimentos deverão ser feitos em postos de saúde, em geriatria, em cursos e especializações que possam produzir qualidade e conforto aos que conseguem chegar a uma idade mais avançada.

Estou com 53 anos, logo vou estar nessa faixa etária e também quero poder oportunizar dessa condição. Por essa razão é que precisamos dar o exemplo, e não só com ideias, mas com iniciativas práticas e enaltecendo a participação de todo dirigente público que possa conciliar nas suas atividades orçamentárias essa demanda cada vez mais crescente em todo o planeta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por treze minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão. De um lado fico feliz pela presença nesta Casa dos servidores da universidade - e sejam bem vindos -, mas, por outro lado, vejo que de forma sacrificada têm marcado presença constante neste Parlamento para buscar o seu direito, a aprovação de um projeto que efetivamente conceda a reposição da inflação a sua remuneração.

O deputado Fernando Coruja atuou bem quando propôs prioridade ao projeto de lei que dá benefício aos servidores. Hoje, fizemos um debate acalorado na comissão de Constituição e Justiça, mas tenho certeza de que, na reunião de terça-feira que vem, nós haveremos, com a diligência do governo do estado, com mais dados e informações, de aprovar esse projeto. E, numa ação conjunta com as comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto, na semana que vem, iremos sacramentar e definitivamente aprovar o referido projeto, que é fundamental para que a nossa universidade possa continuar prestando relevantes serviços ao povo catarinense.

Vou falar também da demarcação de terras indignas.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado Darci de Matos, os dois temas são importantes. E queria ao menos participar dessa manifestação com referencia à Udesc. Como diz o comentarista Miguel Livramento, uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa.

Mas, fico entristecido quando dizem que se está barganhando. Espero que não seja verdade que a questão da implantação da Udesc em Palmitos tenha alguma coisa a ver com o reajuste. Uma coisa é o direito dos servidores, o projeto que foi

encaminhado para a Assembleia e que tem que ser votado. Isso está cristalino no projeto apresentado.

Nós reconhecemos a importância da Udesc no estado de Santa Catarina, pois busca também levar desenvolvimento para as regiões que precisam. Entendo que a Udesc tenha que ir para Palmitos, minha base eleitoral. Sou contrário à Udesc implantar um curso de Direito na capital, deixando de implantá-lo no interior, porque se trata de uma universidade para o desenvolvimento do estado.

Em Balneário Camboriú foi implantado o curso de Engenharia de Petróleo, que era importante para o desenvolvimento da região, como acontece com esse curso de Direito. Não vamos instalar esse curso na capital, pois os estudantes, a comunidade da capital não tem essa necessidade. Vamos levar esse curso para o interior do estado, se possível para Palmitos. Agora, não aprovar o aumento dos servidores para fazer essa negociação, isso não é justo. Não concordo com isso. Tenho certeza de que a nossa bancada não concorda. Somos pela aprovação do projeto que concede o reajuste e a reposição aos servidores da Udesc.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Sr. presidente, pretendo neste momento tratar de um assunto que diz respeito ao norte de Santa Catarina, à grande Florianópolis, à região dos municípios de Cunha Porã, Saudades e outros.

Na semana passada, mais precisamente no dia 5 de maio, o Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre, tomou uma decisão de fundamental importância para Santa Catarina. Através dessa decisão, foi derrubada a Portaria n. 790, que tratava da demarcação das áreas indígenas de Araçá, na região oeste catarinense.

O que significa isso? Significa muito para Santa Catarina, porque, como todos nós sabemos, temos enfrentado conflitos com a comunidade indígena deste estado. Grandes investimentos no estado de Santa Catarina foram perdidos por isso.

Já houve grandes confrontos. E, no norte do estado, estamos na iminência absurda, vergonhosa de demarcarem 10.000ha de terras agricultáveis. E os agricultores nem sequer têm direito à remuneração da propriedade, somente das benfeitorias, o que é outro absurdo, para repassarem esses 10.000ha para 200 índios, que estão lá, morando muito mal, aculturados, que não caçam mais, não pescam e nem plantam. Eles precisam de apoio, de atendimento na saúde, de alimentação e de assistência social, sim. Nem os índios querem as terras. Esses 10.000ha, deputado Mauro de Nadal, significam 1/3 do município de Araquari.

Sabemos que os índios são seres humanos e que, portanto, merecem o nosso respeito e apoio. Se voltarmos um pouco à história, veremos que os índios foram agredidos, dizimados, maltratados e por aí afora. Queremos que eles sejam atendidos pela Funai, alojados, cuidados, mas não em terras agricultáveis do povo catarinense, e, sim, em áreas devolutas da União. Esse é o nosso desejo, a nossa proposta.

Tenho certeza absoluta de que essa decisão da Justiça Federal vai impactar positivamente, e gera uma jurisprudência, um precedente para resolvermos, deputado João Amin, aqui, na sua terra, na região da Grande Florianópolis, o grande e antigo problema do Morro dos Cavalos.

O Sr. Deputado João Amin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado João Amin - Trago uma notícia, em primeira mão, e peço licença a v.exa. para anunciar não apenas para os amigos, deputados, mas para todas as pessoas que vêm lutando também há muito tempo por outra demarcação, a dos terrenos de Marinha. Acabou de ser aprovada, na CCJ da Câmara dos Deputados, a PEC n. 39/2011, com mais três PECs apensadas a ela. Foi aprovado o parecer pela admissibilidade na comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Uma vitória para Santa Catarina e para o Brasil.

Parabéns, deputado! E muito obrigado por esses segundos da sua fala.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado João Amin! Parabéns por sua mobilização em Santa Catarina!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Darci de Matos, parabenizo v.exa. pelo tema. Com relação a esse conflito que envolve os municípios de Cunha Porã e Saudades, conhecidos popularmente e pela imprensa, nas terras indígenas do Araçá, acompanhei todo o processo desde a sua origem, ou seja, desde julho de 2000.

Durante os oitos anos em que fomos prefeito, trabalhamos em defesa desses agricultores. Mas quero salientar a todo estado catarinense e a nação que esse julgamento abre um precedente para revisarmos muitos processos demarcatórios feitos de forma impositiva pela Funai neste país, sem sequer discutir realmente se a área é ou não é mesmo uma reserva indígena. Fazem tudo com o laudo antropológico copiado de uma região do Mato Grosso do Sul. Mas, lá, na região de Cunha Porã e Saudades só se obteve êxito, porque os agricultores foram organizados. Não houve, em momento algum, órgãos públicos prestando assessoria jurídica, com advogados fazendo a defesa, ao contrário do que ocorria com a Funai, que prestava assessoria a todos os indígenas.

Esses agricultores venderam os seus bens, fizeram rifas, campanhas para arrecadação de recursos para poder custear um laudo antropológico e também para poder honrar com os compromissos dos honorários advocatícios dos deputados que fizeram a defesa de todos esses agricultores. Todos eles possuem pequenas propriedades rurais. Nós há nenhuma propriedade grande. Os agricultores que mais têm área lá são dois, cujas propriedades têm apenas 40ha. No restante, são pequenos agricultores que acabariam perdendo sua terra por uma imposição da Funai.

Então, abre-se um precedente para revisarmos esses processos e até mesmo para que o Congresso Nacional vote, de uma vez por todas, a PEC n. 215/2000, que trata justamente de matéria que impõe uma ordem jurídica nessas questões de invasão de terras e de desapropriações por parte da Funai para abrigar índios, que em grande parte vêm de países vizinhos, do Paraguai e do Uruguai.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Apenas para reforçar este assunto, deputado Darci de Matos, gostaria de dizer que 13% do território nacional é área indígena. Então, não há falta de terra. Nós queremos que os indígenas tenham os seus direitos, sejam atendidos na saúde, na educação e na preservação dos costumes, mas que a propriedade também seja respeitada.

Nesse caso que o deputado Mauro de Nadal falou, lá do oeste, em que essa demanda de indígenas iria para o município de Bandeirante, os agricultores da região de Cunha Porã e Saudades estão com os documentos de propriedade e há mais de 80 anos estão residindo nessa área. Então, é injusto saírem. Também é injusta a questão do Morro dos Cavalos e a do norte do estado, que foi levada a efeito nesse depoimento feito por v.exa.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Quero, sr. presidente, insistir neste assunto e afirmar que a decisão da juíza foi importante, porque lançou mão daquilo que está explícito na Constituição, deputado Fernando Coruja, v.exa. que é doutor nesta área, ou seja, só podem ser demarcadas como área indígenas as áreas que eram habitadas pelos índios antes de 1988, portanto, antes da promulgação da nossa Constituição. E, parece-me que na região oeste, no Morro dos Cavalos e na região norte de Santa Catarina, os índios vieram, que são famílias de índios guaranis do Paraguai, vieram habitar essas regiões

posteriormente à promulgação da Constituição brasileira e, por isso, não há razão, não há fundamento legal para demarcação dessas terras indígenas.

Sr. presidente, para concluir o que está acontecendo, na verdade, é que o terceiro escalão do governo, técnicos da Funai, associados à Ongs internacionais com interesses financeiros, estão fazendo demarcação de terras indígenas no Brasil. Isto é um absurdo, deputado Leonel Pavan.

A solução definitiva será a aprovação do projeto do deputado Ibsen Ribeiro e do deputado Aldo Rebelo, que remete à decisão para o Congresso Nacional. Daí, sim, teremos decisões justas, racionais e democráticas. Mas, esse projeto não foi votado, porque, no ano passado, no momento em que os deputados foram votar, os índios invadiram o Congresso Nacional e a votação acabou lamentavelmente não acontecendo. O Congresso Nacional recuou.

Mas esperamos que esse projeto seja aprovado e que possamos fazer justiça no Brasil, protegendo as áreas produtivas e alojando os índios nas áreas do governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -
Agradeço à manifestação de v.exa.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.
0030/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam
como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.
0031/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam
como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0032/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Agora, seria feita discussão e votação das mensagens de veto, mas, não havendo quórum, evidentemente, a votação será transferida para o dia de amanhã.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0046/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui a Campanha Setembro Verde, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos Humanos e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0129/2015, de autoria do deputado Fernando Coruja, que denomina Gecy Fernandes Suppi o ginásio de esportes da EEB Padre Antônio Vieira, no município de Anita Garibaldi.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0116/2015, de autoria do sr. deputado José Nei Ascari a ser enviado ao

secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre o projeto de reforma da EEB Engenheiro Annes Gualberto, no município de Imbituba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0117/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca dos valores e do andamento das obras do contorno viário do município de Seara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0118/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, solicitando informações acerca do adicional de insalubridade dos servidores do Laboratório Central de Saúde Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0119/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviado ao governador do estado, acerca das nomeações realizadas dentre os candidatos aprovados nos

Concursos 001/2010, da secretaria da Saúde, e do 001/2011, da Cidasc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0055/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à Câmara dos Deputados e à Câmara de Vereadores de Brusque, manifestando repúdio às atitudes de incitação à violência contra as mulheres praticadas pelos deputados federais Alberto Fraga (DEM-DF) e Roberto Freire (PPS-SP), e pelos vereadores Dejair Machado (PSD) e Jean Pirola (PP), respectivamente, dirigidas à deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e à vereadora Marli Leandro (PT).

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, como deputada Ana Paula Lima não está presente, gostaria de solicitar a retirada dessa moção da pauta para que possamos discutir algumas questões a respeito da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Está retirada, pela ausência da autora.

Moção n. 0061/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, apelando pela aprovação do Projeto de Lei n. 7755/2010, que regulamenta a profissão de artesão no Brasil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0062/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviada à Associação dos Pescadores Artesanais do Campeche, cumprimentando pela celebração da Missa de Abertura da Pesca da Tainha nesta capital.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0063/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, a ser enviada à Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos, cumprimentando pelo aniversário de fundação da associação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0064/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, a ser enviada à administração municipal de Apiúna, manifestando aplauso pela classificação do município mais transparente do Brasil, em levantamento realizado pela Controladoria Geral da União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0065/2015, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, a ser enviada às soldados Ticiane dos Santos Silveira e Fernanda Bilk, manifestando aplauso por terem salvado a vida de Valdecir Schissel, em tentativa de homicídio no centro de Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0066/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Saúde, apelando pela adequação do Hospital de Araranguá para Hospital-Escola, a fim de possibilitar a implantação do curso de Medicina da UFSC, no campus de Araranguá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0458/2015, de autoria do deputado João Amin, a ser enviado ao presidente da Casan, solicitando informações acerca do reajuste proposto de 13,24% de aumento na tarifa de água e esgoto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0459/2015, de autoria do deputado João Amin, a ser enviado ao presidente da

Agesan, solicitando informações acerca do reajuste de 13,24% de aumento na tarifa de água e esgoto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0447/2015, 0448/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0449/2015, 0450/2015, 0451/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0452/2015, de autoria do deputado Darci de Matos; 0453/2015 e 0462/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; 0454/2015, 0455/2015, 456/2015 e 457/2015 de autoria do deputado Gean Loureiro; 0460/2015 e 0461/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0385/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0386/2015, 0396/2015, 0397/2015 e 0398/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0387/2015, 0400/2015 e 0401/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0388/2015, 0389/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0390/2015, 0391/2015, 0392/2015, 0393/2015, 0394/2015 e 0395/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0399/2015, de autoria do deputado Vicente Caropreso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Finda a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Leonel Pavan, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Nobre presidente, deputado Valmir Comin, srs. deputados, quero saudar todas as pessoas presentes no plenário desta Casa, que estão reivindicando um direito justo.

Esperamos que essa luta seja consagrada. Procurei o deputado Marcos Vieira, que me fez algumas colocações, e nenhuma delas condiz com aquilo que viemos ouvindo. Então, sugeri que ele assome esta tribuna para expor o seu pensamento. Diz ele que basta um documento do governo do estado que atenda uma questão legal. Trata-se de um documento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele disse que em momento algum estaria usando artifícios para troca de alguma outra conquista que ele deseja.

Portanto, hoje ele ainda deve, como solicitei, fazer uso da palavra nesta tribuna para dar os devidos esclarecimentos.

Sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna desta Casa para falar sobre duas importantes obras entregues pelo governo do estado na semana passada, que foram iniciadas no meu governo e no governo de Luiz Henrique da Silveira.

Primeiramente, quero dizer que, quando o Luiz Henrique da Silveira foi governador e este deputado foi vice-governador, nós estivemos no distrito de Santa Cruz do Timbó, em Porto União, para assinar a ordem de serviço da rodovia SC-478. Nós estivemos lá! Há pouco, estive aqui o líder do PMDB e disse que foi feita a autorização num guardanapo. Não foi num guardanapo! Este deputado estava no exercício de governador, quando fomos até Porto União determinar o início da obra. Isso ocorreu no governo de Luiz Henrique da Silveira, quando eu era vice-governador.

O deputado Antônio Aguiar disse que a autorização foi feita num papel, num guardanapo, e que o governador Raimundo Colombo deu sequência. Estivemos lá e assinamos. Alguns quilômetros foram autorizados por Luiz Henrique da Silveira e outros foram autorizados por mim quando governador, e o Raimundo Colombo deu continuidade.

Ora, essas duas rodovias são de grande importância para Santa Catarina e para a região norte. Então, é preciso que se coloque o pingô nos *ii*, porque se não, de repente, a nossa passagem como vice-governador e governador, não tem o devido valor.

Por isso, quero assomar à tribuna, neste momento, para justificar e esclarecer que a obra que o governador Raimundo Colombo inaugurou na região do planalto norte, e gostaria de estar lá presente, teve a digital de Luiz Henrique da Silveira e a digital de Leonel Pavan, quando vice-governador e governador do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Será uma grande honra conceder-lhe um aparte, já que v.exa. é da mesma região.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan. Eu estive na inauguração e pude ver que atrás da mesa onde estavam as autoridades havia uma grande faixa, agradecendo ao governador Luiz Henrique da Silveira que começou a obra e ao governador Raimundo Colombo que deu continuidade e concluiu.

Pretendo depois assomar à tribuna, porque quero também fazer referência a outras obras. Mas, apenas para fazer um breve histórico dessa obra de forma específica, no governo Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan, realmente, a obra teve a sua execução em parte, 3km.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Foram nove meses apenas.

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Aqui estou fazendo um elogio. A empresa vencedora da licitação, infelizmente, é dessas empresas que envergonham Santa Catarina. No início do mandato do governador Raimundo Colombo não houve outra saída senão o rompimento do contrato de forma unilateral e uma nova licitação.

Mas é importante fazer esse registro, pois a obra teve início, continuidade. Tivemos problemas no meio do caminho que foram resolvidos, e a obra está lá concluída, servindo à população, deputado Darci de Matos, de Santa Cruz do Timbó, de Porto União, atendendo uma região extremamente produtora. Enfim, a obra trouxe alegria a toda aquela gente e proporcionará desenvolvimento, por certo, e um futuro muito melhor a todos.

Então, gostaria de fazer este registro e cumprimentar v.exa.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Agradeço o aparte do nobre deputado Valdir Cobalchini.

Quero dizer, deputado Valdir Cobalchini, que também estive na cidade de Irineópolis, no planalto norte, para a entrega das obras de pavimentação da rodovia no dia 21 de julho de 2009, representando o Luiz Henrique da Silveira, no 47º aniversário do município. Lembro-me de uma chuva enorme, e nós lá estávamos entregando e autorizando obras.

Portanto, gostaríamos de dizer que, naquela ocasião, foi entregue o primeiro trecho de 2km do acesso secundário que vai até a localidade de Colônia Velha. Foi um investimento de mais de R\$ 1,5 milhão. No mesmo dia, assinei, nobre deputado, a autorização para a celebração de outro convênio que permitiu a pavimentação de mais 3,2km daquela rodovia no distrito de Santa Cruz do Timbó, em Porto União.

Com isso o primeiro trecho foi ampliado, totalizando, no trecho autorizado por Luiz Henrique da Silveira e por este deputado, 5,2km de pavimentação de estrada.

O que nós queremos colocar? Não é que precise ter o nosso nome, porém é necessário que se diga que foi uma continuidade. A história não pode ser apagada. A história não pode ser esquecida. A história precisa ser contada do início ao fim, porque nós temos que mostrar o trabalho e a importância de cada um.

Não é que queiramos puxar aqui a brasa para o nosso assado, mas era um governo também com o PMDB, era um governo também com os Democratas, na época. Lá, estavam presentes lideranças, o presidente do Deinfra, o secretário de Infraestrutura, outros secretários regionais. E, por sinal, fomos homenageados com uma placa de agradecimento. No entanto, num momento como esse, parece que o estado só foi governado por três anos no mandato de Luiz Henrique da Silveira, que no outro ano não havia governador e que ninguém que assinava obra. Estamos apenas falando isso aqui

para corrigir a história mal contada dessas obras que foram inauguradas.

Não é um desabafo, não é questão de chamar a atenção. Mas, quando se conta algo desde o início, desde a assinatura em um guardanapo, é preciso contar, também, sobre as outras pessoas que tiveram também uma importante passagem.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. deputado Darci de Matos - Sr. presidente, gostaria de dizer que estou surpreso com a energia, com a vontade do deputado Leonel Pavan no Parlamento catarinense. Já foi senador, prefeito, governador, e tem atuado como um menino aqui, não é deputado João Amin? Com energia, vontade e experiência.

Também gostaria de dizer que essa parceria do saudoso ex-governador Luiz Henrique da Silveira com o nosso vice-governador à época, Leonel Pavan, e depois o governador Raimundo Colombo, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira e o secretário Cobalchini, deram muitas alegrias e muitas obras para Santa Catarina.

V.Exa. tem razão, nós temos que aplaudir, porque todos os municípios do estado estão interligados com asfalto. O nosso estado é um estado de destaque em todos os índices no Brasil e no mundo.

Portanto, v.exa. está de parabéns! Essa parceria dirige Santa Catarina há 12 anos! E vamos dirigir Santa Catarina por 16 anos, porque é um trabalho que está sendo feito com muita consistência e com a sua participação, deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Gostaria de agradecer os apartes, dizendo da minha honra e da minha alegria de ter sido senador quando o Luiz Henrique da Silveira foi governador, de ter sido vice-governador e depois governador do estado.

Essas parcerias, certamente, deram um grande resultado, foram altamente positivas para todo o estado de Santa Catarina.

O governador Luiz Henrique da Silveira, deputado Valmir Comin, tinha como objetivo ligar todos os municípios do estado de Santa Catarina. E, com o projeto de descentralização, pudemos fazer as obras nos trechos que faltavam nos municípios mais distantes. Tive a honra e a alegria de representá-lo por inúmeras vezes. Por diversas vezes, estive presente em assinaturas de convênios e inaugurações de obras, como essa que ocorreu no fim de semana. Mas, infelizmente, não fui convidado para estar presente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de registrar a presença na Assembleia Legislativa, que estive em nosso gabinete e em outros gabinetes também, do prefeito de Witmarsum, Paul Zerna, acompanhado do vice-prefeito e de outras autoridades, convidando-nos para o aniversário do município, no dia 15 de junho, na segunda-feira, quando será inaugurado o Hospital Municipal de Witmarsum.

O hospital foi adquirido pelo governo do estado e repassado ao município. Isso demonstra a coragem da administração pública. Um hospital no interior, que terá um atendimento de qualidade, com plantão 24h, leitos, UTI. Então, venho aqui reconhecer esse empenho da administração do município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Vicente Caropreso, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente e srs. deputados, faço duas comunicações importantes sobre nosso estado. Há mais de dois meses estamos assistindo a greve dos professores do estado, que fazem suas justas reivindicações. Essa atitude tem consequência na vida das crianças, que perdem o ensinamento, e

algumas inclusive perdem o carinho, a atenção e a reposição de energias que recebem com a alimentação correta nos colégios.

No Brasil estamos acostumados a esse tipo de situação, em que impasses sucedem-se. Os dias passam e vemos comprometido, já, o calendário escolar deste ano. Temos a previsão de que isso vá avançar pelo próximo ano, impactando na vida de alguns alunos que querem prestar o vestibular. Quando vemos, pela imprensa, que a questão chegou à Justiça, nós ficamos contentes, mas, ao mesmo tempo, ficamos tristes e preocupados com essa rotina. A Justiça deveria automaticamente tomar para si o impasse quando as duas partes acabam não resolvendo a questão e trazendo repercussões graves na vida da população do país, do estado e neste caso das crianças que precisam de mais atenção.

O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, José Carlos Eloy Martins, membro da comissão estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, enviou-me um manifesto para que eu fizesse uma exposição neste plenário, levando essa preocupação ao governo do estado, ao comando de greve e, acima de tudo, agora, à Justiça, no caso ao desembargador Jorge Luiz de Borba, que está para resolver essa situação que penaliza, sobretudo, a criança e o adolescente.

Por outro lado, também venho comentar algo que se vem repetindo. Eu moro perto de Jaraguá do Sul há 30 anos, numa cidade chamada Pomerode, calma, pacata, onde não acontece nada, terra de alemão. Mas isso mudou, pois o crime organizado vem entrando nas cidades teoricamente fáceis para se fazer pequenos assaltos e furtos. Enfim, o crime organizado, através dessa praga chamada droga, está entrando em Santa Catarina de maneira firme e sem o controle por parte da nossa polícia, já que o nosso contingente é apenas repostado, e em algumas regiões nem isso acontece.

O ideal seria um policial para 400 habitantes. Em Santa Catarina há um policial para 780 habitantes. Na região onde moro, no vale do

Itapocu, são 1.185 habitantes para um policial. E em Pomerode são 1.680 pessoas para cada policial. Há uma defasagem grande, e isso inspira as pessoas do crime organizado a fazerem o que bem entendem. Ontem foi um dia de correria em Jaraguá do Sul, com caixa de banco estourado, agência lotérica arrombada. Adentraram em regiões densamente povoadas, houve tiroteios. E esse acaba sendo o dia a dia em cidades teoricamente privilegiadas em termos de educação e de IDH.

Mas o crime organizado contabiliza e sabe quantos policiais há nas regiões. Então, alguma coisa precisa ser feita com relação à reposição dos policiais neste estado. E essa não é uma reivindicação apenas deste deputado, pois todos os dias isso é colocado neste plenário. Tomara que esse discurso chegue aos ouvidos de quem é de direito para que seja resolvida essa situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, especialmente hoje quero cumprimentar o Basílio, assessor jurídico do prefeito de Itapiranga Milton Simon, grande amigo; também os servidores da Udesc, que mais uma vez estão nesta Casa, lutando pelo projeto de reajuste.

Recebemos o abaixo assinado, sabemos de toda a mobilização que vocês vêm fazendo, e com certeza podem contar com o apoio do Partido dos Trabalhadores. Até estranhamos a demora. Deputado Rodrigo Minotto, v.exa. que presidiu a comissão de Trabalho e Serviço Público, porque tanta demora, quando há o acordo da entidade, da Udesc com os trabalhadores?

Esperamos que esse projeto possa ser aprovado na CCJ, na terça-feira, e na comissão de Finanças e na comissão de Serviço Público, na quarta-feira. E que na próxima quarta-feira possa vir ao plenário. Faço um apelo para que, se necessário, tenhamos uma reunião de comissão conjunta a fim de

que esses servidores possam voltar a trabalhar. Esta Casa precisa agilizar os processos para atender a população catarinense. Quero registrar esse apelo aos presidentes das comissões.

Também nessa linha dos trabalhadores do serviço público catarinense, estivemos ontem numa importante assembleia do Sinjusc, que vem fazendo uma grande mobilização no sentido de construir de uma vez por todas um plano de cargos e salários para os servidores da Justiça.

Como o Tribunal de Justiça disse que enquanto houver greve não negocia, os trabalhadores decidiram para a greve por um prazo de 30 dias. Paralisaram a greve, voltaram ao trabalho, aceitaram parte do acordo, mas esperam que em 30 dias seja apresentada a proposta do novo plano de cargos e salários dos trabalhadores do Judiciário de Santa Catarina.

Assomamos esta tribuna desde 2009, cobrando permanentemente uma política salarial para as pessoas que prestam um serviço à sociedade catarinense neste órgão tão importante. Foi realidade uma audiência pública na semana passada muito importante, presidida pelo deputado Rodrigo Minotto. Por isso, quero agradecê-lo e a toda a comissão.

Esperamos que nesses 30 dias em que os trabalhadores abriram mão da greve, como o Tribunal pediu, seja apresentada uma proposta concreta. Então, esses trabalhadores tiveram essa sensibilidade, mas não podemos falar a mesma coisa com relação aos trabalhadores da Educação, e não é por causa dos servidores, quero deixar isso bem registrado. Mas, sim, porque houve problemas em 2011 e 2012, quando o governo do estado não cumpriu o acordado e os trabalhadores da Educação voltaram à sala de aula.

Assim, continuamos aqui insistindo, e cobrando para que o governo do estado volte a negociar com os trabalhadores, que estabeleça um processo de negociação, caso contrário, essa situação de impasse que se criou continuará, e quem perde, de fato, são os trabalhadores da Educação e, especialmente, as crianças que hoje estão fora das

salas de aula, correndo o risco de perder o ano letivo de 2015.

Faço um apelo para que a secretaria da Educação, o governo do estado volte a negociar com os trabalhadores da Educação para que a sociedade não pague a conta desse autoritarismo, de não se voltar a negociar com os trabalhadores.

Por último, quero falar do grande ato que aconteceu na cidade de Abelardo Luz, mais precisamente no Assentamento 25 de Maio, que comemora os 30 anos da primeira ocupação de terra em Santa Catarina. Naquela região, hoje, estão mais de 1.500 famílias assentadas. É um dos municípios que mais tem agricultores e trabalhadores assentados no Brasil.

Lá houve um debate extraordinário ontem, também uma feira. Contamos com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, sr. Patrus Ananias, bem como de muitas outras lideranças, naquele grande ato em se que se comemorou uma conquista importante, o avanço naquelas áreas totalmente improdutivas que hoje produzem vida, onde pessoas, famílias, comunidades organizadas produzem um alimento extraordinário. Essa é a função da terra no Brasil.

Precisamos avançar muito mais. O Brasil precisa fazer um grande debate sobre a função social da terra, o cuidado com a água e o meio ambiente e a produção de alimentos que este país precisa. Portanto, foi um momento de grande comemoração e também de reflexão sobre o futuro da agricultura familiar, que vem dando passos significativos, mas continua com grandes desafios.

Então, queremos cumprimentar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, os apoiadores que construíram essa luta de 30 anos. Inclusive, há alguns dias, fizemos aqui, nesta Casa, uma homenagem por essa data comemorativa. O Movimento na sua caminhada viveu uma história polêmica, mas, se não fosse essa luta pela terra no Brasil, com certeza, hoje, haveria muito mais concentração de terra no país e não teríamos esses milhares de agricultores assentados, produzindo alimentos,

ajudando na alimentação do povo brasileiro e inclusive nas exportações.

Assim, cumprimento a todos por essa bela luta de 30 anos. Que possamos avançar cada dia mais nesse sentido no Brasil. Que, além de avançar na distribuição da terra, no desmonte do latifúndio improdutivo neste país, possamos avançar na qualificação, na organização, no apoio aos assentamentos. Que tenhamos um país com segurança alimentar e nutricional. Que as políticas para a agricultura familiar possam trazer dignidade às pessoas que produzem, mas também qualidade de vida às pessoas que consomem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

(Pausa)

Na ausência da deputada Luciane Carminatti, com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro.

(Pausa)

Na ausência do deputado Gean Loureiro, com a palavra o deputado Valdir Cobalchini.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valdir Cobalchini, com a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, hoje estivemos visitando o alojamento dos haitianos e de outros estrangeiros que estão se deslocando para o Brasil. Lá tratamos de um conjunto de encaminhamentos e assumimos o compromisso de realizar uma audiência pública, que será no dia 24 de junho. A comissão de Direitos Humanos estará em Brasília na semana que vem para buscar vários encaminhamentos no sentido de dar apoio a esse povo que está chegando ao Brasil, migrando de outros países, especialmente do Haiti, que trabalham neste estado, em nossas empresas. Por isso, precisamos discutir essa questão de

políticas públicas de apoio a essas famílias que estão chegando aqui.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Valmir Comin.

Caros, servidores da Udesc, já pude me pronunciar algumas vezes sobre isso, e inclusive hoje pela manhã na comissão de Constituição e Justiça. Considero um absurdo o servidor ter que vir às galerias fazer essa reivindicação, já que, deputado Leonel Pavan, no processo consta a aprovação do grupo gestor. Parece-me, aí, que todos os outros documentos buscados através de diligência são dispensáveis, porque, aliás, foi o Executivo quem encaminhou, com a aprovação do grupo gestor. Então, entendo justo.

Eu falei com o vice-reitor, professor Marcus Tomasi, e também com o líder do governo deputado Silvio Dreveck, no sentido de que o secretário Serpa pudesse encaminhar um ofício dispensando as secretarias de Administração, da Fazenda, a Procuradoria-Geral do Estado, até porque já se manifestaram quando da reunião do grupo de gestor. Então, que o secretário Nelson Antônio Serpa encaminhe esse ofício dizendo que o governo já fez a sua manifestação para que as comissões possam agir de forma conjunta à Justiça. E que as comissões de Finanças, de Educação e de Trabalho possam, de forma conjunta, deliberar essa matéria, para que vocês tenham aquilo que lhes é de justiça.

Gostaria de fazer essa manifestação, como presidente da comissão de Educação.

(Palmas das galerias.)

E apelo à sensibilidade, fiz isso na reunião da comissão pela manhã, do deputado Marcos Vieira, que é extremamente zeloso com o Regimento Interno. Mas, o bom senso indica que precisamos neste momento ter boa vontade e, de forma ágil e rápida, decidir isso.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V. Exa. me concede um aparte?

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Caro deputado Valdir Cobalchini, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, pela preocupação com a questão do plano de cargos e salários da Udesc, e quero somar esforços.

Estou vendo, aqui, uma faixa do Centro de Ciências Agroveterinárias de Lages. Fui aluno da segunda turma de Agronomia de lá, sei da competência, do alcance da instituição e que os números da Udesc orgulham a todos os catarinenses.

Acho que este é o momento desta Casa refletir, de fazer a votação. Como v.exa. já citou, o próprio grupo gestor já aprovou, existem os recursos. As preocupações com as questões legais devem ser analisadas o mais rápido possível. Quero cumprimentá-lo também pela sua preocupação e pelo seu trabalho com relação a isso na comissão de Educação da Assembleia Legislativa, solidarizando-me também com os funcionários da Udesc, em especial do Centro de Ciências Agroveterinárias de Lages.

(Palmas das galerias.)

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Gostaria também, sr. presidente, de dizer que na última semana, estivemos em Porto União, mais precisamente no Distrito de Santa Cruz do Timbó, numa belíssima festa, em que aproximadamente mais de mil pessoas compareceram para a inauguração de uma importante obra, e v.exa., deputado Leonel Pavan, tem razão quando diz que a história não pode ser apagada.

Com exceção dessa obra de Porto União, que foi iniciada pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira e pelo também ex-governador Leonel Pavan, todas as demais obras tiveram início quando eu era secretário de Infraestrutura. E, no início, fica a parte mais difícil, o processo licitatório, fazer o projeto, viabilizar o recurso, ou seja, é a responsabilidade maior. E, aí, quando chega o momento da inauguração da obra, apaga-se a história quando se omite as pessoas que ajudaram a executar a mesma. Além de omitir a participação dos governadores Luiz Henrique da Silveira e

Leonel Pavan, também se omitiu a participação dos secretários. Não estou reclamando, não é uma questão de vaidade, mas acho que é injusto que aqueles secretários que às vezes conduziram 70%, 80%, 90% da obra, no momento da inauguração, não vejam o seu nome. Trata-se de uma inauguração que entra na história de uma região, de um município, de um estado, até porque você presta contas do trabalho que realiza. Quando você executa uma obra, acho que é justo que a placa de inauguração contemple os nomes das pessoas que participaram de forma efetiva.

Mas, além dessa obra, neste final de semana, houve outras inaugurações, como a do contorno sul, deputado Leonel Pavan. E acho que v.exa. não se referiu a isso. Quando v.exa. foi governador, em dezembro de 2010, nós entregamos a ordem de serviço dessa obra, em Videira. Eu já havia sido escolhido como secretário da Infraestrutura, obviamente ainda não tinha sido empossado. E, neste domingo, foi inaugurada essa obra do contorno rodoviário de Videira, uma obra muito difícil, inclusive com uma ponte sobre o Rio de Peixe.

Mais para o oeste do estado, em São Lourenço do Oeste, nós participamos de uma obra de restauração do trecho entre São Lourenço do Oeste e Formosa do Sul, com 40km. Se compararmos essa obra com outras realizadas em nossa malha viária, é uma obra de primeiro mundo, pela sua qualidade. Aliás, trata-se da mesma empresa que construiu, - e vejo aqui o jornalista Moacir Pereira no Plenário - a SC-401. Para a duplicação da SC-401 havia o prazo de um ano e meio, mas, em nove meses, a empresa entregou essa obra.

Em outra obra, ainda no oeste do estado, o prazo contratual era de dois anos e a empresa entregou a obra em um ano. Nessa obra em São Lourenço do Sul que se estende até o município de Formosa do Sul existem três trechos, sendo que o processo licitatório de todos os trechos aconteceu ao mesmo tempo, assim como também as ordens de serviço, e no domingo entregamos o primeiro trecho. Agora, quanto ao segundo e terceiro

trecho, sendo otimistas, vamos aguardar alguns meses.

Então, também temos que saber elogiar quando uma empresa dá um bom exemplo, tem uma conduta séria, faz o trabalho com qualidade e cumpre os prazos. Assim como empresas como aquela de Porto União, que demonstrava não ter capacidade de executar a obra, tivemos coragem de banir, e hoje ela não executa nenhuma obra em Santa Catarina.

Quero fazer referência também a uma obra, na travessia urbana de Caçador, onde 21 mil veículos passam todos os dias, determinado através de estudos de contagem de tráfego que realizamos. Ocorriam também muitos acidentes naquele local, inclusive fatais. Nós investimos na travessia urbana com a duplicação e a construção de dois elevados, cerca de R\$ 30 milhões. Portanto, é uma obra que ficará marcada na história da nossa cidade, que trouxe mobilidade urbana, segurança, tendo em vista que Santa Catarina ainda é um dos estados mais violentos do país no trânsito, devido ao grande número de veículos que transitam nas nossas rodovias, sejam catarinenses ou brasileiras.

Então, esses investimentos na construção de terceiras faixas, de elevados, na duplicação de alguns trechos são fundamentais para a segurança, para a diminuição de acidentes, mas também para a melhoria da condição de logística de competitividade, preparando Santa Catarina para um futuro muito melhor na questão de infraestrutura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

